



**CÂMARA TEMÁTICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL (CIG)
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da reunião conjunta realizada em 6 de outubro de 2010**

1 Em 6 de outubro de 2010, reuniram-se conjuntamente a Câmara Temática de
2 Instrumentos de Gestão Ambiental do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM) e a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de
4 Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
5 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
6 membros titulares e suplentes. Membros da CIG: o presidente Alexandre Magrineli dos
7 Reis, Mariana Paula Pereira, Mateus Felipe dos Reis Martins e Cristina Kistemann
8 Chiodi – representantes do poder público; Helder Freire Cardoso, João Carlos de Melo,
9 Paula Meireles Aguiar e Carlos Alberto Santos Oliveira – representantes do setor
10 produtivo; Ronaldo Simão, Raquel de Resende Janot Pacheco e Mauro da Costa Val –
11 representantes da sociedade civil. Membros da CTIL: a presidente Paula Meireles Aguiar
12 / Evilânia Alfenas Moreira, Antônio Thomas Gonzaga Mata Machado, Mauro da Costa
13 Val e Carlos Alberto Santos Oliveira – representantes de entidades da sociedade civil
14 ligadas aos recursos hídricos; Osny Zago e Ludmila Gomes Novaes – representantes do
15 poder público. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
16 BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O presidente
17 Alexandre Magrineli dos Reis declarou aberta a reunião conjunta. **3) COMUNICADOS
18 DOS CONSELHEIROS**. Expedição ao rio Paraopeba. Conselheiro Mauro da Costa
19 Val. “Gostaria de falar poucas palavras sobre a etapa da navegação da expedição ao rio
20 Paraopeba. Encontramos um rio cuja realidade, infelizmente, a gente não consegue
21 traduzir aqui. Nós não conhecemos o rio Paraopeba, o Conselho Estadual de Recursos
22 Hídricos não conhece, o Conselho Estadual de Política Ambiental também não conhece.
23 Nós georreferenciamos tudo que tem de bom e o que tem de ruim em 20 dias,
24 aproximadamente, 30 km por dia, e vimos coisas que são impressionantes, de beleza,
25 mas, principalmente, de degradação. O que era o rio Paraopeba há 20 ou 30 anos atrás
26 hoje está num processo feio, danoso. Dragas de areia em quase todo o rio Paraopeba,
27 extração de ouro e ambientes urbanos invadindo literalmente, empurrando terra para
28 dentro do rio. Temos pelo menos umas 20 ou 30 imagens disso. Mesmo assim, é um rio
29 belíssimo, que a população ainda usa para pescar, recreação e lazer, que tem uma fauna
30 impressionante. Uma imagem ficou marcada, infelizmente, em relação à Usina
31 Hidrelétrica de Retiro Baixo, que teve uma Licença de Operação ad referendum dos
32 Conselhos. Nós atuamos junto com o pessoal técnico de Retiro Baixo para implantarmos
33 uma forma para que os peixes pudessem fazer a transposição em época de piracema.
34 Filmamos e fotografamos cardumes de lambari e outros peixes de até um palmo, um

35 palmo e meio, batendo nas paredes da barragem. Infelizmente, o que foi licenciado não
36 foi implantado. Isso é gravíssimo. Nós combinamos e tivemos até um termo de
37 cooperação técnica com o consórcio para tratar desse assunto, tratamos desse assunto,
38 houve uma pesquisa na UFMG, estudamos aprofundadamente isso, e foi feita uma
39 solução tecnológica, que não era a que a gente queria – a gente queria um canal lateral –,
40 mas que foi aprovada pelo Conselho. Mas não foi implantada. Antes de fazer a
41 representação no Ministério Público e fazer aqui, nós vamos, de novo, conversar lá com
42 a Gerência de Meio Ambiente, para não criar um ranço, uma aresta, para falar que
43 estamos juntos, mas que neste caso há uma ilegalidade.” Registro da expedição. “Vai
44 haver a exposição desse registro em São Paulo, no Rio de Janeiro, em revista de
45 aventura, a Globo vai passar a última parte agora no sábado, e vamos fazer uma
46 exposição itinerante deste material em todas as escolas da bacia – são 1.440 escolas –,
47 em todos os municípios da bacia. A mobilização é impressionante, o que ocorre em
48 relação a uma expressão dessa é algo impressionante. Acho que a gente deveria fazer em
49 todos os rios.” O presidente Alexandre Magrineli dos Reis registrou cumprimentos pela
50 iniciativa da expedição e, quanto à denúncia relativa ao barramento, orientou que fosse
51 encaminhado o material disponível para a SEMAD, para as providências cabíveis.
52 Conselheiro Osny Zago: “Só para dar um depoimento, eu acho que não adianta muito
53 conversar. Quando foi implantar a usina de Igarapava, no Rio Grande, na ONG
54 Movimento Rio Grande, nós entramos para que se fizesse um mecanismo de
55 transposição. Infelizmente, o consórcio, que tem a Vale, a Anglo, a própria Cemig,
56 Votorantim, estava tentando passar por cima e não construir. Nós entramos com uma
57 ação no Ministério Público e paralisou-se a obra durante um ano. Com os termos de
58 ajustamento de conduta, depois de um ano com a obra parada, eles foram obrigados a
59 construir o mecanismo. Não foi aquilo que a gente queria. A gente queria uma coisa bem
60 natural, um canal de pedra, mas eles fizeram tudo de concreto, contrataram um consultor
61 canadense; fizeram um canal lateral todo em concreto, um canal que foi feito para
62 salmão, porque lá conhecem o salmão e lá não têm o bagre. A escada funciona, não é o
63 que a gente queria, mas, em 2006, cardumes de curimba, em torno de 5.000 curimbas por
64 hora subindo na escada, à noite. Existem filmagens. Então tem que se fazer isso, porque
65 senão é o fim das espécies nativas dos nossos rios, acabou a piracema, acabou o sistema
66 de reprodução e desova. Lá funciona muito bem.” Despejo de esgoto tóxico.
67 Conselheiro Helder Freire Cardoso: “Eu só queria registrar que, de Pirapora a Três
68 Marias, tem cerca de 15 anos que fazem essa descida do rio para ver essas questões
69 ambientais. Dessa vez ficou tudo bem, de Três Marias a Pirapora, nós fizemos as
70 análises. Mas, quando chega a Pirapora, inclusive, está na internet, no Youtube: um
71 despejo de esgoto tóxico, inclusive, comprovado. Já foram feitas várias denúncias e tem
72 cinco anos ou mais que vêm despejando isso. Eu tenho todos os laudos.” O presidente
73 Alexandre Magrineli dos Reis solicitou que os laudos fossem entregues à mesa, para
74 serem encaminhados ao secretário. **4) MINUTAS DE DELIBERAÇÕES**
75 **NORMATIVAS CONJUNTAS COPAM/CERH QUE INSTITUEM O CADASTRO**
76 **ESTADUAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS (CEEA) E O CADASTRO**

77 **ESTADUAL DE ENTIDADES SOCIOAMBIENTAIS (CEESA) E DÃO OUTRAS**
78 **PROVIDÊNCIAS. Apresentação: SEMAD.** Augusto Henrique Lio Horta, chefe de
79 Gabinete da SEMAD, representando a Diretoria de Gestão Participativa nesta sessão, fez
80 exposição das minutas de deliberações normativas e esclareceu os pontos destacados
81 pelos conselheiros. As duas minutas foram, em seguida, retiradas de pauta com pedido
82 de vista do conselheiro Mauro da Costa Val, acompanhado do pedido de vista conjunta
83 dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Cristina Kistemann Chiodi e Carlos Alberto
84 Santos Oliveira. O conselheiro Mauro da Costa Val registrou a seguinte manifestação
85 como motivação do seu pedido de vista. “A política pública das águas é diferente da
86 política pública de meio ambiente. A política pública das águas cita claramente os seus
87 princípios, e um deles é a descentralização. Eu vejo esse cadastro como uma
88 centralização de informações. Creio que, para levarmos a ideia ou concordarmos para
89 incluir comitê de bacia, deveríamos primeiro consultar os comitês de bacias, porque isso
90 é tarefa das secretarias executivas dos comitês, e, se assim o comitê decidir, da própria
91 agência de bacia. Acho que essa questão de cadastro não deveria se enquadrar para as
92 instituições do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, porque fere o
93 princípio da descentralização. A outra questão é a utilidade desse cadastro no que se
94 refere a comitês de bacias, e também a utilidade para as entidades ambientalistas. Esse
95 controle serve para quê? É uma questão política. Se não é para controlar acesso às
96 instâncias, acesso a recursos financeiros, ele serve para quê? E como limitar o uso dessas
97 informações pelo próprio aparato de Estado? Só poderia ser utilizada essa listagem para
98 os fins que estão colocados ali. Devemos limitar o acesso. E não vejo importância
99 nenhuma desse cadastro no caso dos comitês de bacias. É uma DN que deixa
100 subentendido, o cidadão comum vai entender que não tem acesso a comitê de bacia,
101 acesso a dinheiro, acesso ao COPAM, se não estiver cadastrado.” A conselheira Paula
102 Meireles Aguiar afirmou que considera pertinente separar as entidades consideradas
103 ambientalistas das socioambientais, para fins de cadastro, e manifestou apoio à
104 manifestação do conselheiro Mauro da Costa Val. Paula Meireles Aguiar fez ainda o
105 seguinte destaque: “O ponto principal é o seguinte: toda vez que tem eleição de comitê,
106 eleição de URC etc., tem aquele monte de documentos para as ONG apresentarem.
107 Tenho certeza que o cadastro vai ajudar muito. Uma vez que já está cadastrado no
108 sistema e todos os seus documentos estão lá, não há a necessidade de fazer toda aquela
109 apresentação de documentação. Nesse ponto, a DN é boa.” A conselheira Cristina
110 Kistemann Chiodi também registrou sua posição em relação ao cadastro de entidades:
111 “No meu entendimento, o cadastro é muito importante, não para limitar o acesso de
112 entidades legítimas para participação nos conselhos, mas para que as próprias entidades
113 tenham conhecimento de quem está fazendo essas representações em todo o Estado. O
114 fato é que, antes da existência do cadastro, ocorriam distorções diversas no acesso de
115 entidades aos colegiados, entidades que de fato não defendem o meio ambiente ou que
116 têm a defesa do meio ambiente como um ponto no estatuto e de fato não defendem o
117 meio ambiente. Essas entidades estavam podendo acessar essas áreas que são de
118 entidades ambientalistas, defendendo interesses que não são do meio ambiente. Acho

119 que temos de focar também nos ganhos que o cadastro trouxe.” Conselheiro Carlos
 120 Alberto Santos Oliveira: “Acho extremamente importante que seja travada, neste grupo
 121 que está pedindo vista, uma discussão do que é exatamente uma ONG que tem o objetivo
 122 de proteção ao meio ambiente. Essa é uma figura absolutamente nebulosa e tem trazido
 123 muito transtorno aos conselhos, às Suprams. No interior, temos visto muitas questões
 124 levantadas por organizações que dizem ter o objetivo de proteção do meio ambiente.”
 125 Conselheira Raquel de Resende Janot Pacheco: “Eu conheço a outra DN do cadastro de
 126 laboratórios, e acho que fez um bem enorme para a população. Acho que temos um
 127 acesso, se quer saber onde tem laboratório numa cidade em que não atua, vai ao banco
 128 de dados e encontra. Isso vai prestar um serviço para a população. A população está
 129 numa região e quer saber quais ONGs estão atuando e ela vai poder, pelo cadastro, ter o
 130 acesso.” **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA**
 131 **COPAM/CERH QUE INSTITUI O CADASTRO ESTADUAL DE**
 132 **ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA E DE**
 133 **PESQUISADORES (CEOPP) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Apresentação:**
 134 **SEMAD.** Minuta de deliberação normativa retirada de pauta com pedido de vista do
 135 conselheiro Mauro da Costa Val, acompanhado do pedido de vista conjunta dos
 136 conselheiros Paula Meireles Aguiar, Cristina Kistemann Chiodi e Carlos Alberto Santos
 137 Oliveira. Augusto Henrique Lio Horta, chefe de Gabinete da SEMAD, representando a
 138 Diretoria de Gestão Participativa nesta sessão, fez exposição da minuta destacando as
 139 principais diferenças em relação às duas propostas de deliberações normativas do item
 140 anterior. “As discussões se deram em torno do seguinte problema. As instituições de
 141 pesquisa não conseguem, no mais das vezes, receber informação daqueles que a
 142 representam no COPAM e, por outro lado, não conseguem passar para esses
 143 representantes a opinião de uma universidade, de uma faculdade. Tem uma espécie de
 144 ‘abismo’ entre o pesquisador e a instituição que ele representa, não está havendo um
 145 canal de comunicação entre eles. Surgiu a discussão sobre se nós deveríamos cadastrar
 146 pesquisadores, tecnólogos e cientistas ou se deveríamos cadastrar instituições de
 147 pesquisa. Isso eu acho que estas câmaras conjuntas podem debater. A SEMAD entendeu
 148 por fazer uma proposta de cadastramento de instituições, mas talvez vocês entendam de
 149 outro modo. Ninguém representa a si mesmo aqui no COPAM nem no CERH,
 150 preferimos um relacionamento institucional do Sisema, do COPAM e do CERH com as
 151 instituições de pesquisa; e podemos criar canais ou sugerir canais operacionais dentro
 152 das instituições, para enviarmos, por exemplo, as pautas, os resultados das reuniões, para
 153 alguém da instituição e para o pesquisador que a representa, e de certo modo mitigar um
 154 pouco essa dificuldade que de fato acontece. De resto, as deliberações têm estruturas
 155 muito semelhantes.” A conselheira Paula Meireles Aguiar manifestou concordância com
 156 a proposta da SEMAD de se cadastrar instituições, destacou que na composição do
 157 COPAM existem vagas para pessoas de notório saber e considerou a possibilidade de
 158 esse tipo de vaga ser ocupada por pesquisadores. Conselheiro Osny Zago: “Eu também
 159 concordo que tem que ser instituições, até por questões técnicas e operacionais, no caso
 160 de participação em trabalhos. Normalmente se a pessoa não estiver ligada a uma

161 instituição ela não vai ter condição técnica de estar aí. Então que seja a instituição, e que
162 a instituição encaminhe todos os processos, pareceres, tudo que houver, para as pessoas
163 de notório saber, nas devidas áreas de cada instituição.” Conselheira Raquel de Resende
164 Janot Pacheco: “Eu acho que é interessante fazer cadastro da instituição até porque
165 elimina o vício de ficar sempre o mesmo pesquisador. O que acontece é que muitas vezes
166 fica só um pesquisador e nem sempre ele vai estar realmente representando a instituição,
167 mas, sim, a sua opinião. Eu acho que a instituição tem o direito de querer depois mudar
168 esse conselheiro de tempo em tempo.” Conselheiro Antônio Thomas Gonzaga Mata
169 Machado: “Eu acho que, a rigor, isso vale para todo segmento. Na universidade, por
170 exemplo, nós nem podemos representá-la, porque é, por natureza, pluralista. Se estou
171 emitindo uma opinião, a universidade tem que ter lá dentro uma opinião contrária. Acho
172 que tem de ser a instituição mesmo, porque é difícil ser individual, é muito complicado
173 cadastrar pessoas.” **6) ASSUNTOS GERAIS. Próxima reunião conjunta.** Houve
174 consenso para a convocação de reunião conjunta das duas câmaras no dia 27 de outubro,
175 às 9h. **Semana Mineira de Redução de Resíduos.** Presidente Alexandre Magrineli dos
176 Reis: “Tivemos contato há um ano ou dois, na França, com a iniciativa, dos governos
177 comunitários da União Europeia, da Semana Europeia de Redução de Resíduos. É uma
178 iniciativa que começou com a França e que prega diversas práticas durante uma semana,
179 com o tema redução de resíduos, que passa por diversos pontos ligados, desde a não
180 geração até a destinação adequada. Nós tivemos contato, ao longo deste ano, com a
181 agência ambiental francesa, tivemos algumas reuniões no Brasil e na França, e somos o
182 primeiro país fora da União Europeia a capitanear a Semana de Redução de Resíduos.
183 Então, de 20 a 28 de novembro, será realizada a Semana Mineira de Redução de
184 Resíduos, em conjunto com 21 países da Europa. E a ideia da Semana é que a FEAM
185 seja um multiplicador de iniciativas. No Facebook, no hotsite ligado ao site da FEAM e
186 no Twitter, vamos explicar que podem ser desde iniciativas particulares em relação à
187 redução de resíduos até iniciativas de instituições públicas e privadas das mais diversas
188 formas e tamanhos. É aberto um prazo para que iniciativas, tanto particulares quanto
189 institucionais, sejam registradas no site. Essas iniciativas serão avaliadas e as melhores
190 vão receber prêmio em Bruxelas. Convidamos para que, não só particularmente, mas em
191 cada de suas instituições, vocês possam aderir a essa iniciativa, e pretendemos que seja
192 um impulso para que no futuro exista uma semana brasileira de redução de resíduos, e,
193 pensando mais longe ainda, em uma semana latinoamericana de redução de resíduos. O
194 nosso presidente José Claudio está em Lima, hoje, participando do Grupo Interamericano
195 de Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos, estamos tentando criar um programa latino-
196 americano de redução de REE. Então que possam aderir à Semana de Redução de
197 Resíduos, contamos com a participação das ONGs, instituições de ensino, indústrias,
198 para realmente começar a criar uma cultura em Minas e depois, se possível, no Brasil, de
199 redução de resíduos.” **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
200 tratados, o presidente Alexandre Magrineli dos Reis declarou encerrada a sessão, da qual
201 foi lavrada esta ata.

202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Alexandre Magrineli dos Reis (CIG)

Presidente Paula Meireles Aguiar (CTIL)